

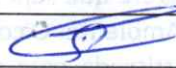
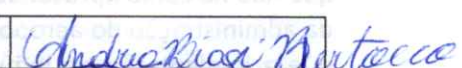


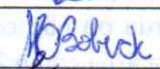
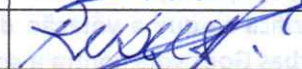
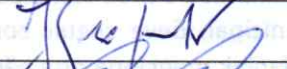
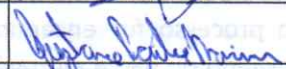

ATA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA – CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE

Ao terceiro dia do mês de maio de dois mil e dezoito, às quatorze horas, na sala de reuniões do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Ponta Grossa – IPLAN – localizado à Avenida Visconde de Taunay, nº 950 – 1º andar – Ponta Grossa, realizou-se a décima sexta reunião ordinária do Conselho Municipal da Cidade. Estiveram presentes os conselheiros: **Ciro Ribas Macedo Júnior**, Conselheiro Titular – IPLAN/PMPG; **Rubens Garcia dos Santos**, Conselheiro Suplente – SMP/PMPG; **Rafaela Sangalli**, Conselheira Suplente – IPLAN/PMPG; **João Luiz Stefaniak**, Conselheiro Titular – OAB/Subseção de Ponta Grossa; **Helmiro Bobeck**, Conselheiro Titular – SINDUSCON/PR; **Sara Helena Bobeck**, Conselheira Titular – AEAPG; **Jarbas Goes**, Conselheiro Titular – ACIPG; **João Carlos Mugnaine**, Conselheiro Suplente – PROLAR; **Gustavo Pailo Mariano**, Conselheiro Suplente – SMMA/PMPG; **Andrea Biagi Bertocco**, Conselheira Suplente – CAU. Também estiveram presentes Karla V. Gonzalez Stamoulis, Arquiteta e Urbanista – SMP/PMPG; Saylor Siqueira, Assessor de Projetos – IPLAN/PMPG, e como participante popular o sr. Leandro Santos Dias. A Pauta da reunião constitui-se de: 1) Abertura da reunião e informes; 2) Aprovação da Pauta; 3) Plano Diretor Municipal e Plano de Mobilidade; 4) Processo nº 1140366/2018, e processo nº 810475/2018 solicitações de alteração de zoneamento de ZR para ZCom; 5) Processos nº 820106/2018, solicitação de alteração de zoneamento; 6) Processo nº 1020288/2018, solicitação de alteração de zoneamento; 7) Processo nº 650445/2018, solicitação de alteração de zoneamento de ZI para ZR2; 8) Processo nº 2190355/2017 – Projeto de Lei de Padronização de Calçadas; 9) Palavra Livre; 10) Encerramento. **1) Abertura da reunião e informes:** o conselheiro **Ciro Ribas** deu boas vindas a todos e passou a palavra para a arquiteta **Karla Gonzalez** que deu início à reunião. **2) Aprovação da Pauta:** a arquiteta citou todos os itens a serem discutidos e a pauta foi aprovada pela plenária. **3) Plano Diretor Municipal e Plano de Mobilidade:** a arquiteta **Karla Gonzalez** inicia explicando que o Conselho da Cidade tem como uma de suas atribuições o acompanhamento do Plano Diretor Municipal e o Plano de Mobilidade. Comenta que em 2016 foi rescindido o contrato anterior, e em 2017 deu-se início o trabalho de elaboração de novo Termo de Referência e realizou-se o Processo Licitatório para nova contratação, e em 16 de março do ano corrente foi assinado um novo contrato, de número 001/2018 do IPLAN, com a empresa URBTEC. No dia 12 do mês de abril, ocorreu a primeira Reunião Técnica de Coordenação, e no dia 20 do mesmo mês houveram outras 3 reuniões, a Reunião Técnica de Assinatura do Contrato e Prestação de Serviços, a Reunião Técnica de Consolidação e Preparatória e a Reunião Técnica com o Governo. Na Revisão do Termo de Referência foram incluídas reuniões técnicas com o governo. No dia 24, foi entregue o Relatório 01 contendo Plano de Trabalho e Cronograma Físico. Os próximos passos são: as entregas dos Relatórios 02 e 03 este contendo a Análise Temática Integrada – Fase 02/Parte 01. O conselheiro **Helmiro Bobeck** questiona se será aproveitado algum material do contrato antigo. A arquiteta **Karla Gonzalez** menciona que sim e que todo o material do contrato anterior já foi repassado à empresa mas, que provavelmente será necessário a atualização e complementação de alguns dados. Após a entrega desses relatórios estão programadas Reuniões Técnicas, Oficinas de Leitura Comunitária e Oficinas de Leitura Técnica. Os sites do Plano Diretor e do Plano de Mobilidade estão em fase de construção. O conselheiro **Ciro Ribas** questiona se todos podem participar das Oficinas. A arquiteta **Karla Gonzalez** explica que as Oficinas de Leitura Comunitária serão abertas ao público, mas as Oficinas de Leitura Técnica, serão convocados os conselhos e a equipe técnica da prefeitura. E completa que as atribuições do Conselho Municipal da Cidade continuam as mesmas, acompanhar as reuniões, audiências públicas e conferências da elaboração do PDM e do PlanMob, participar das reuniões, contribuir na elaboração coletiva do PDM e do PlanMob, cumprir as prerrogativas estabelecidas pelo Estatuto da Cidade no que diz respeito à participação democrática de representação da sociedade na elaboração do PDM e do PlanMob e auxiliar na mobilização da sociedade durante o processo participativo de elaboração. O conselheiro **Helmiro Bobeck** comenta que por ser na maioria das vezes reuniões mais técnicas, não há muita participação por parte da comunidade. A conselheira **Sara Bobeck** questiona se o Conselho continuará dando andamento nas análises que estavam realizando com relação ao zoneamento

da cidade. O conselheiro Helmiro Bobeck completa que os estudos estavam bem adiantados e esclarecendo dúvidas sobre alguns pontos de grande importância da cidade. A arquiteta Karla Gonzalez menciona que se o Conselho considerar pertinente não teria problema continuar os debates sobre zoneamento, mas seria fundamental que esse debate ocorresse nas reuniões do PDM junto à equipe técnica. O conselheiro Jarbas Goes concorda e completa que com o auxílio da equipe que está elaborando o PDM e PlanMob, ficará mais coesa e justificada as análises dos zoneamentos da cidade. O conselheiro Helmiro Bobeck questiona sobre os grupos de acompanhamento, se serão convidadas outras instituições. A arquiteta Karla Gonzalez menciona que já estão solicitando a confirmação de quem deseja continuar participando, e realizando o convite para novas instituições que também tenham interesse, e lembra que no início da elaboração do PDM anterior, o interesse foi grande, mas muitas pessoas e instituições deixaram de participar no decorrer do processo, e completa que quanto maior for a participação da sociedade e da comunidade, melhor para o desenvolvimento dos Planos. A conselheira Sara Helena comenta que no outro processo algumas audiências foram muito demoradas e repetitivas, talvez por isso houveram muitas ausências nas audiências seguintes, e sugere realizar um novo chamamento público, e questiona se não poderia deixar em aberto para futuramente outras instituições poder solicitar participação. A arquiteta Karla Gonzalez explica que no plano de 2016 havia ficado em aberto, em conversa com o a consultoria contratada, aconselharam que não seria conveniente manter aberta para futuras inclusões de grupos após a recomposição do mesmo, com o andamento do processo a entrada de novos integrantes no grupo acompanhamento poderia atrapalhar o desenvolvimento do plano. A conselheira Sara Helena comenta que poderia então estipular um prazo para inclusão de pessoas e instituições nos grupos de acompanhamento. **4) Processo nº 1140366/2018, e processo nº 810475/2018 solicitações de alteração de zoneamento de ZR para ZCom:** a arquiteta Karla Gonzalez inicia explicando que o processo tem como querente o senhor Ivo Rota, que solicita a análise para mudança de zoneamento na Rua Antônio Saad entre as ruas Guaracy Paraná Vieira e Cezaro Breus, de Zona Residencial para Zona Comercial, tendo em vista que no mesmo trecho já existem diversos comércios. A arquiteta completa que na ZR2 (Zona Residencial dois) já é possível a instalação de comércio, e que seria uma mudança drástica de ZR para ZC, e não tem nenhum estudo técnico que justifique a alteração. O conselheiro João Stefaniak menciona que em seu entendimento com o desenvolvimento do plano diretor, não seria ideal solicitar alterações de zoneamento, e que em questões pontuais e extraordinárias pode ocorrer. O conselheiro Ciro Ribas menciona que a ideia inicial seria enviar para a Câmara Municipal um documento do Conselho da Cidade, explicando que enquanto estiver em elaboração o Plano Diretor e Plano de Mobilidade, o Conselho não trataria das questões de alteração de zoneamento exceto em ocasiões excepcionais. A arquiteta menciona que há outra solicitação semelhante, alteração na mesma rua de ZR2 para ZCom, referindo-se ao **processo 810475/2018** mencionado na pauta. Os conselheiros entendem com mesmo caso. O conselho define por informar aos requerentes que aguardem a elaboração do Plano Diretor Municipal e que alguns comércios já são permitidos em ZR2. **5) Processo nº 820106/2018, solicitação de alteração de zoneamento;** a arquiteta Karla Gonzalez inicia explicando que o processo tem como querente Vereador Walter José de Souza (Valtão), solicitando a alteração de zoneamento da Rua João Cecy Filho no trecho compreendido entre a Rua Casemiro de Abreu e Rua Oliveira Lima, na Rua Rodolfo Serzedelo no trecho compreendido entre a Avenida Bispo Dom Geraldo Pelanda e Rua Casemiro de Abreu e Rua Casemiro de Abreu no trecho compreendido entre a Rua XV de Setembro e Avenida Bispo Dom Geraldo Pelanda, todas elas para Zona Comercial. E informa que tal pedido se justifica no anseio demonstrado pelos moradores da redondeza. Os conselheiros negam a solicitação e adotam o mesmo critério da solicitação anterior, para aguardar elaboração do PDM. **6) Processo nº 1020288/2018, solicitação de alteração de zoneamento para ZCOM;** a arquiteta Karla Gonzalez inicia explicando que o processo tem como requerente o Vereador Domingos Barbosa Meneses Júnior (Mingo), solicitando o estudo visando a alteração de zoneamento na região do Jardim Europa, mais especificamente na Rua Aldo Vergani entre as Ruas Alves Maciel e Rua Polônia, alterando de ZR2 para ZCOM, objetivando atender inúmeros proprietários de imóveis do local, tendo em vista que os demais trechos da Avenida já pertencem a Zona Comercial. Os conselheiros

negam a solicitação e resolvem informar ao requerente que aguarde a elaboração do PDM. **7) Processo nº 650445/2018, solicitação de alteração de zoneamento de ZI para ZR2:** a arquiteta Karla Gonzalez explica que o processo tem como requerente a empresa Tocantins Administração de Bens Ltda, solicitando alteração de zoneamento de ZI (Zona Industrial) para ZR2 (Zona Residencial II). Consta na solicitação que as referidas áreas são loteamentos residenciais consolidados há muitos anos (Loteamento Santa Barbara, Loteamento Alfredo Ribas, Cará-Cará) os quais contam com infraestrutura básica, transporte urbano, coleta de lixo, rede de abastecimento de água e luz bem como coleta de esgoto, escola, posto de saúde, comércio, etc). Conforme estudos urbanísticos atuais verificou-se que a região conta com a presença de um grande número de indústrias, que demandam milhares de empregos, fazendo com que haja necessidade de transporte urbano de longos períodos de deslocamento, sendo assim, a implantação de um loteamento próximo aos empregos proporcionaria conforto e economia para as pessoas, bem como para o Município. O local é circundado por indústrias com baixa probabilidade de poluição pois foram implantadas próximas aos loteamentos existentes, não influenciando de forma negativa a implantação de um novo loteamento na região. O conselheiro João Stefaniak questiona se essa área foi cessão do município mas, é informado que não e menciona que esse caso também seria de grande importância ser apreciado pelo Plano Diretor Municipal, por se tratar de uma área industrial. O conselheiro João Carlos explica que a área precisaria de um estudo ambiental, visto que vários arroios passam pela região. O conselheiro Ciro Ribas cita que em visita ao local não constatou nenhuma irregularidade com relação ao terreno, que existe um córrego no meio do lote, o qual será preservado, completa que a pretensão dos proprietários seria um loteamento com mais de mil unidades e sugere que seja encaminhado para a Câmara Municipal de Ponta Grossa para votação. O conselheiro Jarbas Goes menciona que existem na cidade, poucas áreas para expansão da área industrial, que se trata de uma área privada, e que não tem como evitar os conflitos entre indústria e população, e entende que essa área teria que ser destinada para uso industrial e completa que a ocupação do loteamento próximo ao local já havia sido indesejada na época. O conselheiro João Carlos questiona se não terá problema com relação ao aeroporto que também fica próximo à área em questão, recorda que já havia sido feito um estudo dessa área pela Prolar. A arquiteta Karla Gonzalez questiona se esta solicitação teria um tratamento diferenciado ao dado as outras solicitações, que aguardarão o desenvolvimento do PDM. O conselheiro Helmiro Bobeck questiona se há a necessidade de se realizar algum outro estudo com relação ao aeroporto ou meio ambiente. O conselheiro João Stefaniak completa que não há como aprovar sem um estudo técnico da área, e sugere que seja solicitado também um parecer da administração do aeroporto sobre a viabilidade e do Meio Ambiente. O conselheiro Ciro Ribas menciona que a implantação de indústrias na área poderia ser mais arriscada para as operações do aeroporto, e sugere que seja feita uma votação se a solicitação deve ou não ser encaminhada para a Câmara Municipal. Verifica-se que a votação deve ser sobre se o conselho concorda ou não com a alteração. O conselheiro Jarbas Goes vota contra a solicitação e sugere que seja mantida a área como Zona Industrial, e comenta que se o processo for encaminhado para a Câmara Municipal, deve seguir com um parecer do Conselho aprovando ou não a alteração. O conselheiro João Stefaniak menciona que não seria o momento oportuno para alterar esse zoneamento sem um estudo técnico, e vota contra a solicitação. Ciro comenta que não aprovando trava-se o empreendimento. O conselheiro Rubens Garcia vota a favor da solicitação desde que seja elaborado um estudo prévio sobre a área. O conselheiro Helmiro Bobeck questiona se a empresa Heineken já não teve problemas com relação ao terreno, e também solicita um estudo prévio da área para aprovação e sugere que seja feita faixa de isolamento entre essas áreas residencial e industrial. A conselheira Andrea Bertocco solicita também que seja feito um levantamento da área, para realizar uma análise mais técnica da solicitação. O conselheiro João Carlos completa que seria interessante solicitar um parecer da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Qualificação Profissional, com relação aos aspectos do aeroporto e da região sobre as pretensões e demandas futuras. O conselheiro Ciro Ribas sugere então que sejam buscadas essas informações técnicas, e depois retorne o processo, para melhor esclarecimento do Conselho. O conselheiro João Stefaniak menciona que nada impede que o requerente

dessa solicitação, participe das audiências do Plano Diretor e sugira essa alteração de zoneamento, visto que terá uma equipe técnica realizando um estudo mais aprofundado da cidade que poderá analisar melhor essa solicitação. O conselheiro Ciro Ribas cita que também pode ser solicitada à equipe técnica que está desenvolvendo o Plano Diretor para realizar uma análise nesse caso, para auxiliar o conselho na decisão. Os conselheiros definem por solicitar um parecer técnico mais aprofundado para auxiliar na decisão. **8) Processo nº 2190355/2017 – Projeto de Padronização de Calçadas:** a conselheira Rafaela Sangalli inicia explicando que foi elaborada em outras reuniões do Conselho a Lei de Padronização de Calçadas, e o processo já circulou por algumas secretarias da Prefeitura e o Departamento de Urbanismo sugeriu que acrescentem no texto um item referente aos rebaixos no comércio que podem ser utilizados em sua totalidade na testada do empreendimento, e solicitam que seja mantido esse parâmetro. O conselheiro Jarbas Goes questiona qual a justificativa para a solicitação. A arquiteta explica que consta na solicitação apenas que são favoráveis ao texto desde que seja regulamentado à posterior através de decreto, a manutenção dos artigos 408.A à 408.E. A arquiteta Karla Gonzalez menciona que o Iplan entende que esses artigos podem ser mantidos desde que sejam delimitados para as ruas onde não haja estacionamento na via, mantendo os parâmetros. O conselheiro João Stefaniak sugere que seja incluso um texto especificando onde podem ser rebaixados a totalidade da guia para estacionamento dos estabelecimentos comerciais. A conselheira Rafaela Sangalli continua e explica que o secretário Sr Celso Augusto Sant'anna também solicitou a inclusão de duas Leis já vigentes (4712/92 e 9826/2008), no texto que está sendo elaborado pelo Conselho, um citando a proibição de exposição de mercadorias nas calçadas, e outro proibindo lixeiras e plantas. O conselheiro Jarbas Goes menciona que o texto já contém a proibição da obstrução a faixa de circulação com qualquer tipo de elemento, só não especifica qual tipo de obstrução. Os conselheiros definem então por acatar as sugestões do Departamento de Urbanismo e revisar os artigos que contem a proibição das obstruções nas faixas de circulações das calçadas, acatando a sugestão do secretário de compatibilizar as leis mencionadas. **9) Palavra Livre:** o conselheiro Helmiro Bobeck menciona que alguns dos membros do Conselho Municipal de Transporte demonstram interesse em participar dos Grupo de Acompanhamento do Plano Diretor Municipal, e estão à disposição. **10) Encerramento:** o conselheiro Ciro Ribas agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Ata transcrita por Saylor Siqueira – Matrícula 26866.

Ciro Ribas Macedo Júnior		Andrea Biagi Bertocco	
Rafaela Sangalli		Helmiro Bobeck	
Sara Helena Bobeck		Rubens Garcia dos santos	
João Luiz Stefaniak		Gustavo Pailo Mariano	
Jarbas Goes		João Carlos Mugnaine	